

**PROJETO DE LEI N° , DE 2011.**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação do percentual de 1.5% sobre o valor bruto da **Compensação Financeira - CFEM** para os estados da federação e municípios impactados no processo de mineração.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica determinada a alteração do percentual arrecadado nas atividades de mineração, a título de **Compensação Financeira - CFEM**, de 2% sobre o valor líquido para 4% sobre o valor bruto.

Art. 2º Fica estipulado o valor de 1.5% para os estados e municípios impactados pelo processo de mineração a título de compensação financeira.

Art. 3º Consideram-se estados e municípios impactados as unidades da federação que transportam, estocam, beneficiam e embarcam ou desembarcam minérios extraídos das unidades produtoras.

Art. 4º Ao estado produtor caberá o percentual de 2.5% sobre valor bruto arrecadado a título de compensação financeira.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 6º Revogam-se as disposições contrárias.

Brasília, 24 de março de 2011.

**Deputado Lourival Mendes**

**PT do B/MA**

## Justificação

A Proposta de Lei em comento tem como finalidade corrigir um enorme equívoco financeiro que, ao longo dos anos, vem provocando perdas significativas aos estados que responsáveis pelo transporte, armazenamento, beneficiamento, embarque e desembarque de minérios extraídos do território nacional.

A Constituição da República, em seu artigo 20, § 1º dispõe:

“É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participando no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou **compensação financeira por essa exploração**”.

Atualmente, a **Compensação Financeira - CFEM** é calculada sobre o valor do lucro líquido da empresas mineradoras, no percentual de 2%. O valor arrecadado é direcionando exclusivamente aos estados produtores. Esse percentual de 2% é irrisório, se comparado aos Royalties pagos ao processo produtivo do petróleo.

Importa observar, que os recursos da CFEM são distribuídos da seguinte forma: 12% para a União (DNMP, IBAMA e MCT); 23% para os estados onde for extraída a substância mineral; e 65% para o município produtor. Nota-se que os estados e os municípios impactados, que viabilizam o transporte, estoque, benefício, embarque e desembarque, ficam prejudicados em relação à arrecadação.

A alteração proposta neste projeto de lei, majorando o percentual de 2% para 4% sobre valor bruto, e a destinando o percentual de 1,5% para os estados impactados, criará as condições necessárias para investimento em infraestrutura e meio ambiente dos estados. Por conseguinte, causará a redução no custo Brasil, melhorias na qualidade de vida da população dos estados e municípios produtores e impactados pelo processo de mineração.

Diante do embasamento jurídico constitucional acima apresentado, este Projeto de Lei consolida o desejo dos estados e municípios impactados com a exploração mineral, de ser reparada a perda em sua arrecadação.

Frente à procedência e razoabilidade dos argumentos expostos, aceno aos ilustres companheiros a apoiar esse Projeto de Lei, que atenderá ao pleito da população dos estados impactados.

Brasília, 24 de março de 2011.

**Deputado Lourival Mendes**

**PT do B/MA**